

MIRANDA de SÁ, D.

### ***A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935).***

Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2006.

#### **MOEMA DE REZENDE VERGARA**

Pesquisadora Adjunta

Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCT

### **Ciência e Cultura na Belle Époque Brasileira**

A idéia da íntima ligação entre a ciência e a cultura de modo geral já é senso comum em nosso meio intelectual. O que nos interessa agora é estabelecer os percursos desta relação, bem como perceber suas manifestações na sociedade. Um dos vários méritos do livro de Dominichi Miranda de Sá está em analisar a separação entre o ofício dos cientistas e o dos literatos como um dos aspectos do processo brasileiro de institucionalização da ciência, no final do século XIX. Procedendo dessa forma, Dominichi abriu mão de ver no advento das universidades o momento determinante de profissionalização e de especialização de nossa comunidade científica, como geralmente se faz na historiografia da ciência no Brasil.

Para captar o dinamismo desse processo, a autora recorreu às fontes que refletem o calor da hora das disputas, como revistas, atas e discursos feitos nos principais espaços que serviram de palco para o debate da especialização, tais como a Academia Brasileira de Letras e a Academia Brasileira de Ciências.

Contudo, antes de analisar propriamente as diferenças entre os homens de letras e os de ciências, Dominichi parte dos pontos que os uniam, ou seja, inicialmente os classifica como sendo intelectuais, no sentido moderno do termo. A autora nos lembra que um dos sentidos da palavra “intelectual” remete ao período do Iluminismo, quando este teria uma posição privilegiada, legitimada pela “autoridade da Razão” (p.25). Isto faria com que aqueles homens tivessem uma missão muito especial: conduzir o restante da sociedade no caminho da verdade, culminando, no final do século XIX, com a imagem de intelectual engajado politicamente. Aqui observamos o deslocamento do conhecimento-contemplação para o *status* do pensamento enquanto ação política. Essa noção é chave para compreender aqueles cientistas como intelectuais que viam sua geração como introdutora de um novo modo de fazer ciência e, por isto mesmo, reivindicavam a missão de retirar o país do atraso que se encontrava, através de suas áreas de atuação.

No momento anterior ao período analisado por Dominichi, observamos que a geração de 1870

era portadora de uma visão de mundo que entrecruzava sem muitas dificuldades a ciência e a literatura, expressa principalmente na produção literária do naturalismo. Além disso, o nacionalismo de então também pode ser apontado como elemento de convergência, pois seria, antes de tudo, uma atitude intelectual que redundaria em uma ação civilizatória. Para compreender esse processo, a autora utiliza o conceito de Antonio Candido de dialética do nacionalismo, que seria a busca por uma expressão com as cores locais, sem perder de vista a matriz ocidental européia da qual participava (p.35). Esse espírito nacionalista fazia com que cientistas e literatos se unissem sob o mesmo ideal de construção de um “pensamento genuinamente brasileiro” que seria capaz de entender e atuar sobre a nossa realidade, sem o recurso da cópia e imitação de modelos estrangeiros.

Nesse contexto, surge uma elite letrada que procurava incessantemente se instruir para ser “co-participante do pensamento e da atividade geral do mundo” (p. 40). Apesar de procurar ser versada tanto nas letras quanto nas ciências, a marca dessa geração era o verbo fácil, a eloquência e a retórica, sendo uma de suas principais características o saber enciclopédico. Quase desnecessário lembrar que eram estes homens, chamados bacharéis, que ocupavam os cargos públicos, personificando a relação entre saber e poder, o que lhes conferia autoridade e prestígio frente ao grande número de analfabetos da sociedade brasileira.

A autora nota que essas transformações de procedimento e de autoconsciência da comunidade científica também se refletiam na relação com o público em geral. Se, no passado, um dos traços de nossa vida intelectual era a retórica, inevitavelmente, os homens de ciência também funcionavam nesse registro lingüístico. Isso poderia ser visto nas polêmicas e debates presentes nos jornais de grande circulação. Contudo, com a especialização e maior profissionalização dos cientistas, essas disputas começam a acontecer longe do olhar do público, e tomam conta dos espaços institucionalizados, tais como revistas acadêmicas e congressos. Os cientistas se dirigiam ao público com o objetivo de educá-lo e introduzi-lo no mundo da ciência, através de iniciativas de vulgarização científica, ou seja, é preciso se comunicar através de uma linguagem própria que coloque a ciência ao alcance de todos.

Poucos anos após a proclamação da República, a figura do bacharel de fala empolada e de inteligência livresca, que no século anterior era central em nossa vida intelectual, passou a sofrer várias críticas notadamente por sua expressão retórica. O desprestígio do bacharel, visto principalmente nas crônicas, charges e artigos das revistas, seria um sintoma de uma República que quer se ver moderna e cosmopolita. Naquele momento, este “sábio de alta envergadura” era tido como resquício de um Brasil atrasado, herdeiro de uma cultura letrada lusitana e de pouco espírito prático. A autora argumenta corretamente que a identificação, no final do século XIX, entre atraso e retórica é uma construção daquela geração que queria construir para si mesma uma imagem de “reformadora” do passado colonial e responsável pela modernização do país. Dominichi demonstra que, desde a Antigüidade, a retórica era entendida como “regularidade da linguagem”, ou seja, um discurso de verdade, postulante à condição de *epistème*. No Iluminismo, a oratória e a retórica passaram a ser uma performance pública ancorada na arte de “bem dizer” (p.52). A partir dos oitocentos, a desconfiança que se formava contra este homem que domina a “arte da conversação” pode ser interpretada como uma sintonia do Brasil com o restante do Ocidente, quando o discurso de verdade procurava se basear apenas na noção cabal de prova oferecida pela ciência, e não mais pelo discurso articulado e coerente da retórica.

Neste sentido, podemos afirmar, grosso modo, que, no Brasil, a rejeição ao estilo retórico e enciclopédico, personificado no bacharel, foi sentida tanto nas artes quanto nas ciências, pois lembrava o passado colonial ibérico. No caso da ciência, esse processo se deu principalmente a partir da produção local segundo os cânones internacionais que formalizavam e uniformizaram os procedimentos científicos

e a intensificação da circulação de nossa comunidade científica em espaços como congressos e na leitura e publicação de periódicos especializados. Este foi um dos fatores que contribuiu para um sentimento generalizado entre aqueles homens do início do século XX de que eles portavam algo de novo que os diferenciava da geração anterior, que, segundo Roquette-Pinto, fazia “ciência sem saber” (p.118).

Esse “mal-estar” em relação ao bacharel não era produto apenas das críticas dos cientistas. O livro “A ciência como profissão” nos mostra que, no início do século XX, no próprio campo da literatura, a figura do bacharel representava um modelo a ser superado. Isto se deve ao fato de que a literatura também estava vivendo um momento de autodefinição de suas características artísticas, procurando se distanciar do jornalismo e posicionando-se contra o uso da terminologia científica consagrada pelo naturalismo, além do partidarismo político nas obras literárias. A fundação da Academia Brasileira de Letras representaria a coroação deste processo de especialização intelectual, ao defender os padrões puramente estéticos na produção literária de seus membros. Contudo a história da casa nem sempre transcorreu segundo esses parâmetros, como demonstrou a eleição, por exemplo, de Oswaldo Cruz, em 1912, causando espanto geral que repercutiu na imprensa da época.

A autora dedica o final de seu livro à análise da presença não só de Oswaldo Cruz, mas de outros médicos, na Casa de Machado de Assis. A estranheza causada pela eleição desses homens de ciência já seria indício da especialização que essas áreas estavam sofrendo. Um dos defensores da presença de cientistas na ABL seria o médico e literato Afrânio Peixoto, para quem a Academia deveria ser o lugar “dos mais latos expoentes da cultura geral do país” (p.145), segundo o modelo da *Académie Française*. A polêmica a respeito do cientista-literato se estende ao longo dos primeiros vinte anos do século XX, presente, por exemplo, em um artigo de Arthur Motta, que pergunta se há algum poeta ou prosador na Academia Nacional de Medicina.

Cabe lembrar que a origem da ABL, fundada em 1897, foi a Revista Brasileira, publicação cuja existência remonta desde os meados do século XIX. Em suas páginas colaboraram, lado a lado com literatos como Machado de Assis, Silvio Romero e José Veríssimo, os principais nomes da ciência nacional, como Luiz Cruls, João Batista de Lacerda, João Barbosa Rodrigues, entre outros. Para os editores, esse consórcio era necessário e estratégico num momento de definição dos aspectos da identidade nacional. Assim, a ABL era o palco de tensões, pois se, por um lado, havia membros que lutavam pela dedicação à literatura, outros eram tributários de uma tradição que se via no dever de refletir sobre as grandes questões nacionais.

Para essa geração de cientistas do começo do século XX, um dos desfechos para esses impasses foi a criação de sua própria academia. Fundada em 1916, sob o nome de Sociedade Brasileira de Ciências, em 1921, passa a ser chamada de Academia Brasileira de Ciências. Esta seria a casa dos cientistas que defendia a pesquisa em ciência pura, sem a obrigação de sua aplicação imediata na indústria e no comércio. O livro de Dominichi é importante para nos mostrar como, alguns anos depois, esse quadro se transforma, e podemos ver de que maneira o discurso em defesa da especialização se articula à questão da nacionalidade.

Do ponto de vista da historiografia, creio que este livro representa um avanço tanto no que concerne à compreensão da institucionalização da ciência no Brasil, quanto a apontar para os caminhos futuros das pesquisas da área. Após vinte anos de história institucional, é chegada a hora de sairmos das soleiras das instituições científicas para vermos como a ciência se manifesta em diferentes contextos de nossa sociedade.